

FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PEDAGOGIA DO CAMPO: BREVES DISCUSSÕES ACERCA DE SUA FUTURA POTENCIALIZAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO EDUCATIVO PARA FORMAÇÃO DE DOCENTES CAMPONESES E QUILOMBOLAS

INTERDISCIPLINARY FORMATION IN FIELD PEDAGOGY: BRIEF DISCUSSIONS ABOUT ITS FUTURE POTENTIALIZATION AS AN EDUCATIONAL SPACE FOR TRAINING OF PEASANT AND QUILOMBOLA TEACHERS

Vagner Luciano de Andrade¹

RESUMO

A pedagogia, a ciência formadora de profissionais aptos a atuarem em diferentes níveis de educação é um relevante espaço de discussão teórica do conhecimento pedagógico objetivando efetiva revisão do sistema de ensino e reformulação das políticas educacionais. Atualmente os cursos ofertados vertem para uma formação focada na gestão dos serviços profissionais de apoio escolar e na gestão de espaços escolares e não escolares. Este foco empresarial encontra-se voltado a atender as demandas de educação para o trabalho, dentro da égide urbano-industrial capitalista. Assim demandas especialmente humanizadoras e processos inclusivos que fundamentam a educação em sua essência são negligenciados. Uma das muitas negligências refere-se ao currículo escolar e à formação docente, específicos para atendimento às populações camponesas marginalizadas ao longo da história da sociedade brasileira. Neste sentido, as discussões sociais sobre a legitimidade da educação do campo em todo o país vêm ganhando força nas últimas décadas. O presente trabalho buscar discutir a necessidade de formação de docentes camponeses para as séries iniciais através da ampliação da oferta de cursos presenciais, semipresenciais ou à distância em pedagogia do campo.

Palavras-chave: Docência; Ensino Superior; Educação Camponesa; Formação Curricular; Licenciatura.

ABSTRACT

Pedagogy, the science that trains professionals capable of working at different levels of education, is a relevant space for theoretical discussion of pedagogical knowledge, aiming at an effective review of the teaching system and reformulation of educational policies. Currently, the courses offered are aimed at training focused on the management of professional school support services and the management of school and non-school spaces. This business focus is aimed at meeting the demands of education for work, within the capitalist urban-industrial aegis. Thus, especially humanizing demands and inclusive processes that underlie education in its

¹ Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental; licenciado em História, licenciado em Ciências Biológicas; tecnólogo em gestão ambiental e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Cultural.
E-mail: botafogo321@yahoo.com.br



essence are neglected. One of the many neglects refers to the specific school curriculum and teacher training to serve marginalized peasant populations throughout the history of Brazilian society. In this sense, social discussions about the legitimacy of rural education across the country have been gaining strength in recent decades. The present work seeks to discuss the need for training peasant teachers for the initial grades by expanding the offer of classroom, semi-prudential or distance courses in rural pedagogy.

Key Words: Teaching; University education; Peasant Education; Curricular Formation; Graduation.

INTRODUÇÃO

A Pedagogia é a ciência formadora de profissionais aptos a atuarem em diferentes níveis de educação (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999). No país, praticamente todas as faculdades, centros universitários e universidades tem cursos presenciais e/ou à distância objetivando a formação de novos pedagogos, humanamente capacitados a atuarem em processos de ensino/aprendizagem, utilizando os conhecimentos específicos e tecnológicos (STALLIVIERI, 2006).

Mas, mesmo no contexto contemporâneo de reafirmação de identidades, a pedagogia camponesa ainda é um projeto em construção (MARTINS, 2009). O projeto político-pedagógico desta nova formação, por sua vez, prepara novos atores para o desenvolvimento cultural, político e econômico das populações camponesas marginalizadas ao longo da história da sociedade brasileira (SOUZA, 2016). Os cursos já implantados no país tem duração de três ou quatro anos, sendo alguns voltados às quatro etapas iniciais da educação básica e os demais para os anos finais e ensino médio (RODRIGUES; BONFIM, 2017).

Assim o presente trabalho discute perspectivas de educação contemporânea no ponto de vista da inclusão socioambiental, a partir do breve relato de um curso na área de pedagogia camponesa, com 04 anos de duração, ofertado no nordeste brasileiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020). A oferta de tal curso visa atender às premissas expressas na Legislação Federal, após a promulgação do Decreto nº 7.352 em 04 de novembro de 2010, cujo artigo 1º atesta que:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida



pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (BRASIL, 2010, on line).

A partir do século XXI, a população camponesa brasileira reuniu-se sob um único coral e voz dizendo “eu não vou sair do campo pra poder ir pra escola. educação do campo é direito e não esmola” (MEDEIROS, 2016, *on line*). O refrão musical de Gilvan Santos, evidenciado acima expressa muito bem um direito humano historicamente negado e restituído no país a partir da promulgação da Constituição em 1988, posteriormente legitimado pelo artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Federal nº 9.394, que a partir de 1996 consolida e legitima a educação camponesa como direito e não como “esmola” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1996). Os artigos 2º e 3º do decreto federal nº 7.352 alegam que:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial:



I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar;

II - fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;

III - garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e

IV - contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

Parágrafo único. Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a educação do campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto.

Cada vez mais, a educação contemporânea se remodela e se requalifica na perspectiva de uma nova ordem social, pautada em princípios de inclusão, sustentabilidade, empreendedorismo e interdisciplinaridade (BORGA; REGERT; PEGORARO, 2016). Mas nem sempre foi assim e se hoje se observa no âmago da sociedade, importantes transformações, estas enquanto frutos de um intenso processo e esforço de movimentos sociais e educadores populares (BARBOSA, 2004). Segundo Mello (2000), em meados da década de 2000, a formação específica de educadores para atuação docente nesta realidade passou a ser ofertada no contexto educacional superior (CHACEL, 2018). É o educador do campo brasileiro formado para atuar sobre sua realidade cultural e socioambiental (MELLO, 2000). Para o artigo 4º do decreto federal nº 7.352:

Art. 4º A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I - oferta da educação infantil como primeira etapa da educação básica em creches e pré-escolas do campo, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade;

II - oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;

III - acesso à educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao ensino médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada;

IV - acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo;

V - construção, reforma, adequação e ampliação de escolas do campo, de acordo com critérios de sustentabilidade e acessibilidade, respeitando as diversidades regionais, as características das distintas faixas etárias e as necessidades do processo educativo;

VI - formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

VII - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;

VIII - produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo; e

IX - oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares.



§ 1º A União alocará recursos para as ações destinadas à promoção da educação nas áreas de reforma agrária, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará as condições, critérios e procedimentos para apoio técnico e financeiro às ações de que trata este artigo.

O campesinato é muito mais que a especificidade de um trabalho, sendo uma epígrafe de resistência das comunidades tradicionais (WANDERLEY, 2014). No mundo do Capitalismo, camponeses enfrentam desafios, e estão destinados à inevitável militância por direitos fundamentais (PAULINO; FABRINI, 2008). A educação do campo é uma bandeira histórica de lutas no tempo e no espaço (GOIS, 2015). Por sua vez, o artigo 5º do decreto federal nº 7352 evidencia que:

Art. 5º A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Num contexto contemporâneo de implantação curricular de licenciaturas interculturais em educação voltadas à legitimação de identidades como a quilombola, a indígena, a geraizeira, a sertaneja, a seringueira, a caiçara e a camponesa, faz-se indispensável considerar as contribuições dos educadores e educadoras do campo. Suas histórias são de extrema relevância à consolidação da educação rural, hoje denominada educação do campo em Minas Gerais e no Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019). Neste contexto, insere-se o artigo 6º do decreto 7.352:

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas.

Art. 7º No desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:

I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e

III - organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.



Atualmente a formação de educadores do campo para atuação na educação básica estrutura-se em quatro áreas socioambientais específicas: ciências da vida e da natureza; ciências sociais e humanidades; letras, literatura e artes; matemática (MARQUES, 2014). Teoricamente, segundo Abreu e Carneiro (2009), os currículos de formação pedagógica de docentes de artes, ciências/ecologia, ciências/saúde, cultura religiosa, educação física, geografia, história, letras/literatura, letras/português e matemática podem ser reorganizados para a formação de docentes camponeses, nos quais frisam-se três áreas de formação docente (ONOFRE, 2017): domínio sociopolítico, domínio sociocultural e domínio sociopedagógico. Conforme ilustra Torquato, et. al. (2015)

a) o domínio sociocultural: tem como áreas de conhecimento as manifestações expressas por meio da arte, da cultura, da religião, da música, da dança, nas diferentes manifestações e modalidades esportivas, a culinária e a saúde. Tem como lócus todos os espaços públicos e privados de ações socioculturais, com objetivos de recuperação de suas dimensões históricas, culturais e políticas, com finalidade de dotá-las de sentido para o público alvo desta modalidade de ação;

b) o domínio socio pedagógico: tem como áreas de conhecimento a infância, adolescência, juventude e terceira idade. O objetivo principal é promover intervenção socio pedagógica para o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação da exclusão social dadas por condições de marginalidade, violência e pobreza. Os abrigos, as unidades de internação de adolescentes, asilos para idosos, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, a rua, a família e a empresa, são lócus privilegiado para a ação socio pedagógica;

c) o domínio sociopolítico: tem como áreas de conhecimento os processos sociais e políticos, expressos na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social. Esta ação tem como objetivo desenvolver habilidades e competências para qualificar o indivíduo a participar da vida social, política e econômica da comunidade. Tem como lócus privilegiado os grêmios estudantis, associações de pais e mestres (APM), conselhos de escola, associações de moradores, conselhos de direitos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos políticos e as políticas públicas e sociais.

Há ainda poucos cursos de pedagogia do campo, sendo necessário avanços na formação de docentes camponeses para os anos iniciais, como exemplo do curso consolidado pela UFPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020). A formação do docente campones e quilombola, por sua vez implica na alternância de tempos formativos, mediados pela Pedagogia da Alternância. Sobre ela, Frazão e Dália (2011) verificam que:

A Pedagogia da Alternância é uma proposta educativa voltada para o homem do campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Para tanto, conta com várias ferramentas pedagógicas orquestradas em um Plano de Formação, entendido como reflexo de um Currículo Integrado. Todavia, embora tenha comprovado a sua influência no desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras, a Pedagogia da Alternância, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, não tem sido tratada com o devido respeito por parte do poder público.



Um dos cursos mais completos do país, consolidado na UFPB (Quadro I) conta com dez núcleos de formação em Educação Básica e um único módulo específico de optativas, conforme escolha dos discentes, sendo 38 disciplinas do núcleo comum num total de 2280h; 05 disciplinas de estágio supervisionado totalizando 300h; e 13 disciplinas de prática em pesquisa totalizando 1005h. Para a UAB – Universidade Aberta do Brasil sugere-se curso semelhante dividido em 08 semestres letivos com 10 disciplinas cada ano, ofertando ao discente, ao finalizar o curso, uma estrutura curricular integralizada com cerca de 80 disciplinas, entre obrigatórias, complementares e optativas.

Quadro I - Dados do Currículo – Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação do Campo (UFPB)

Nome da Disciplina	Tipo	CH
0º NÍVEL		1035 horas
Educação Sexual	Optativa	60h
Ética Profissional	Optativa	60h
Seminários Temáticos em Educação Ambiental	Optativa	60h
Educação Ambiental I	Optativa	60h
Educação e Juventude rural	Optativa	30h
Tecnologia Educacionais e Processos Inclusivos	Optativa	60h
Métodos e Técnicas em Educação Especial	Optativa	60h
Educação das Relações Étnico raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	Optativa	60h
Organização e Prática da Educação Especial - Pedagogia do Campo	Optativa	60h
Educação Ambiental II	Optativa	60h
Tópicos Especiais em Educação do Campo I Complementar	Flexiva	135h
Tópicos Especiais em Educação do Campo II Complementar	Flexiva	135h
Tópicos Especiais em Educação do Campo III Complementar	Flexiva	135h
Educação e Desenvolvimento Sustentável -	Optativa	60h
1º NÍVEL		300 horas
Filosofia da Educação	Obrigatória	60h
Sociologia da Educação	Obrigatória	60h
Psicologia da Educação	Obrigatória	60h
História da Educação	Obrigatória	60h
Português Instrumental	Obrigatória	60h
2º NÍVEL		240 horas
Educação e Movimentos sociais	Obrigatória	60h

Metodologia do Trabalho Científico Complementar	Obrigatória	60h
Política Educacional Complementar	Obrigatória	60h
Fundamentos socio históricos da Educação do Campo	Obrigatória	60h
3º NÍVEL		300 horas
Fundamentos da Educação e do Ensino Fundamental	Obrigatória	60h
Educação Infantil	Obrigatória	60h
Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo	Obrigatória	60h
Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I Complementar	Obrigatória	60h
Alfabetização: Processos, Métodos e Práticas Complementar	Obrigatória	60h
4º NÍVEL		240 horas
Fundamentos da EJA - Pedagogia do Campo Complementar	Obrigatória	60h
Didática complementar	Obrigatória	60h
Pesquisa e Prática Educativas na Educação do Campo II Complementar	Obrigatória	60h
Educação, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas	Obrigatória	60h
5º NÍVEL		360 horas
Planejamento e Avaliação Educacional - Pedagogia do Campo -	Optativa	60h
Artes e Educação - Complementar	Obrigatória	60h
Estágio Supervisionado I -- Pedagogia (Educação do Campo)	Obrigatória	60h
Projeto de Pesquisa e Extensão no Campo I Complementar	Obrigatória	60h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Português	Obrigatória	60h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Matemática I	Obrigatória	60h
6º NÍVEL		270 horas
Estágio Supervisionado II - Pedagogia (Educação do Campo)	Obrigatória	90h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Matemática II	Obrigatória	60h
Projeto de Pesquisa e Extensão no Campo II Complementar	Obrigatória	60h
LIBRAS - Complementar	Obrigatória	60h
7º NÍVEL		210 horas
Currículo e Educação complementar	Obrigatória	60h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências	Obrigatória	60h
Estágio Supervisionado III - Pedagogia (Educação do Campo) -	Obrigatória	90h
8º NÍVEL		285 horas
Organização e Prática de EJA - Complementar	Obrigatória	60h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de História -	Obrigatória	60h
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Geografia -	Obrigatória	60h
Estágio Supervisionado IV- Pedagogia (Educação do	Obrigatória	105h



Campo) -		
9º NÍVEL	240 horas	
Educação Popular	Obrigatória	60h
Escola Rural e Classes Multisseriadas	Obrigatória	60h
Estágio Supervisionado V - Pedagogia (Educação do Campo) -	Obrigatória	60h
Trabalho de Conclusão de Curso I - Pedagogia (Educação do Campo) Complementar	Obrigatória	60h
10º NÍVEL	195 horas	
Teorias e Práticas da Educação Popular -	Optativa	75h
Educação e Trabalho no Campo -	Obrigatória	60h
Trabalho de Conclusão de Curso II - Pedagogia (Educação do Campo) - Complementar	Obrigatória	60h

Fonte: Adaptado de Universidade Federal da Paraíba (2020)

Quando se trata da educação do campo, apesar dos recentes avanços, nota-se que são necessárias novas gestações (GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004). Para Andrade (2019), conceber a educação do campo parte da compreensão da identidade, enquanto fonte gestacional do pertencimento e da cultura camponesa, entendendo a natureza, como fonte gestacional da economia e da sustentabilidade camponesa e legitimando o território, enquanto fonte gestacional da política e da legitimidade camponesa. Assim, para o autor, além de entender os diferentes fundamentos (antropológicos, filosóficos, históricos, legais, psicológicos e sociológicos) da educação brasileira, suas metodologias (alfabetização e letramento, educação especial inclusiva, educação infantil, educação de jovens, adultos e idosos, ensino fundamental, ensino médio, ensino normal/magistério, ensino profissional) faz-se necessário ampliar os pressupostos teóricos e fundamentos metodológicos de seu campo de ação.

No espaço da escola, são gestados processos educacionais de ressignificação e transformação da sociedade vigente e, assim, novos paradigmas estão sendo gestados interinamente no útero escolar (ANDRADE, 2019). Novidades nos processos no que se refere à didática, à gestão e à avaliação educacional estão sendo equacionados (SECAD, 2020). Assim na cultura político-econômica da atualidade, Economia, Política e Cultura devem permear os novos currículos, principalmente aqueles voltados a atender aos camponeses (ANDRADE, 2019). Para Costa, Barbosa e Medeiros (2016, p. 11):

No entanto não podemos deixar de reconhecer que as populações camponesas com as suas lutas e reivindicações conquistaram espaços e vitórias sobre o direito de ter uma educação de qualidade voltada às especificidades de seu povo. Conforme Caldart (2002²), melhorar a educação ofertada às comunidades rurais é uma forma de tentar emancipá-las das injustiças que impedem seu desenvolvimento na sociedade capitalista em que vivemos. Desenvolver um projeto que valorize as peculiaridades dos habitantes camponeses, destacando suas singularidades e

² CALDART, Roseli Salete (Orgs.). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.



necessidades é necessário, se pretendemos fazer de nossa esfera terrestre um espaço de democracia, de inclusão e de cidadania. Nessa perspectiva, o programa educacional Escola Ativa, implantado em muitas escolas da zona rural do país, que tem como objetivo principal aumentar o nível de aprendizagem dos alunos, diminuindo a repetência e a evasão e elevando as taxas de conclusão de parte do Ensino Fundamental, ou seja, de 1º ao 5º ano, nas escolas da zona rural de muitos municípios brasileiros, é uma das políticas educativas que vislumbra gradativamente construir uma educação qualitativa no campo. Esse programa se fundamenta na concepção de que o educando deverá ser o centro no processo ensino-aprendizagem, valorizando ao máximo possível, aspectos de sua cultura e de sua comunidade local, onde a construção de saberes deve ser desenvolvida através da coletividade e do diálogo.

As ciências ambientais podem ajudar na identificação dos impactos urbanos sobre o campo fomentando a gestão social de projetos urbanos e rurais (PACHECO, 2015). Historicamente, existe uma dicotomia entre campo e cidade que precisa ser desconstruída (ANDRADE, 2019). Faz-se urgente e necessário uma pedagogia camponesa com habilitação em educação econômica dando ênfase à gestão ambiental de espaços e ambientes rurais (PACHECO, 2015). Se os recursos naturais são a fonte dinamizadora da economia camponesa faz-se necessário que a análise ambiental se vincule com a educação do campo e oriente o conhecimento e apropriação da diversidade ambiental no meio rural, através da ecologia e seus múltiplos ecossistemas íntegros, descaracterizados ou degradados: antrópicos, aquáticos e terrestres (ANDRADE, 2019).

Deve se pensar num currículo interdisciplinar atrelado às ciências exatas, biológicas e da natureza para propiciar um ensino da geografia rural, de ciências agrárias, de ciências biológicas efetivando estudos ambientais dos sistemas da natureza para o manejo adequado (PACHECO, 2015). Este currículo por sua vez deve se fundamentar na estatística aplicada às ciências socioambientais, no direito agrário e ambiental, na química ambiental e na geografia de recursos ambientais (ANDRADE, 2019).

Os fundamentos de meio ambiente devem permear a organização profissional do pedagogo orientando-o ao adequado planejamento pedagógico para a educação básica do/no campo, fomentando a gestão ambiental enquanto provedora de novas alternativas de sobrevivência econômica construindo elos efetivos de sustentabilidade rural e de sintonia com a realidade da localidade (PACHECO, 2015).

No mundo capitalista, os projetos econômicos rurais carecem de uma diretriz ambiental delineando acidentes ambientais e poluição no ambiente rural (POTT; ESTRELA; 2017). O êxodo rural ainda é componente significativo nas paisagens e realidades camponesas (RAMAL, 2009). Basta lembrar-se do Agronegócio e dos Agrotóxicos e de suas ideologias mercadológicas (ARAÚJO; OLIVEIRA 2017). Quando se fala na gestão ambiental rural, faz-se necessário entender e avaliar diferentes impactos ambientais rurais permitindo a elaboração e a gestão



ambiental de projetos rurais (RODRIGUES, et. al., 2006). As metodologias da auditoria, da certificação, do controle, dos planos, e o uso das tecnologias são realidades potencializadoras no ambiente rural (ANDRADE, 2019).

Formar professores atrelados às metodologias educacionais de proteção da biodiversidade rural, de recuperação de áreas naturais degradadas, de preservação dos recursos hídricos e de gestão dos resíduos sólidos, significará a formação de novos alunos mais comprometidos com suas realidades socioambientais (ANDRADE, 2019). Assim a gestão ambiental se efetivará dentro dos sistemas agrícolas, dinamizando-os, potencializando, promovendo inclusão, geração de renda e qualidade de vida (ASSIS, 2006).

Pensar uma pedagogia camponesa exige pensar numa habilitação em educação política com ênfase em historicidade dos movimentos sociais do campo com conteúdos formadores de introdução à história, à cultura e à historicidade (SOUZA, 2008). Pensar a educação camponesa exige pensar num trabalho ambiental, evidenciando a necessidade da educação ambiental na legitimação dos processos de historicidade camponesa (JACOBI, 2003). Historicamente através do trabalho, o camponês se apropria de seu ambiente humanizando-o (ANDRADE, 2019).

Refletir em educação camponesa exige a compreensão dos ambientes tecnológicos que dominam a sociedade pós-contemporânea (ANDRADE, 2019). Como se reafirmar como camponês no mundo urbano-industrial tecnológico que amplia seus tentáculos por todo o mundo (PAULINO; FABRINI 2008)? No mundo das tecnologias, os camponeses são mais que sobreviventes, são seres revolucionários e enérgicos e é pertinente lembrar que a primeira revolução camponesa ocorreu no advento agrícola da antiguidade e prossegue pela história humana até a atualidade (ANDRADE, 2019). Para Silva *et. al.* (2019, p. 41):

Propor, hoje, uma narrativa sobre o campesinato parece ressoar, por mais fértil que seja a reflexão, o risco desse discurso não se sustentar em face de processos sociais de larga escala. O desenvolvimento do capitalismo e a modernização de mundo são processos sociais que expandem as fronteiras e enfraquecem os lugares (PORTO-GONÇALVES, 2006³; ROLNICK, 2015⁴). Em um ritmo acelerado de acumulação da produção material aliado com as transformações técnicas, utilizamos os recursos gerados até aqui pela humanidade de forma perversa e instrumental (SANTOS, 2008a⁵). Mas, se é verdade que esse processo de expansão do moderno e hegemônico modelo de desenvolvimento capitalista guarda suas contradições, também se torna pertinente indagar sobre as diversas territorialidades que constituem a vida das pessoas em periferias urbanas.

³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁴ ROLNIK, Raquel (2015). *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Tese de Livre Docência. São Paulo, Universidade de São Paulo

⁵ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, Universidade de São Paulo (USP), 2008a.



É preciso afirmar que a educação camponesa é portadora de uma história e de uma historicidade (CARVALHO, ROBAERT; FREITAS, 2015). Na reconstrução da identidade e legitimidade camponesa faz-se necessário compreender diferentes fundamentos históricos nos processos rurais da antiguidade, do medievo, do período pré-colonial e da colônia, evidenciando permanências e rupturas (ANDRADE, 2019).

Ao professor camponês é indispensável à compreensão da história das culturas ocidental e oriental, africana e afro-brasileira, dos povos indígenas e principalmente a história da sociedade camponesa no âmbito da cultura medieval, quando historicamente ocorreu uma ruralização do mundo, posteriormente demonizada pelo Iluminismo e Renascimento (ALMEIDA, 2018).

O agrário, o agrícola, o camponês e o rural continuam sendo demonizados no mundo moderno como sinônimos de atraso e retrocesso (WANDERLEY, 2014). Esta demonização acontece, e se consolida de modos e intensidade diferente, mas marginaliza e exclui priorizando o urbano como matriz cultural de referência e detentora de toda a superioridade (NAIFF, MONTEIRO e NAIFF, 2009). Para Marques (2008, p. 17):

A organização da unidade econômica camponesa, segundo Chayanov (1974⁶), tem como objetivo a satisfação das necessidades da família e se dá de acordo com o balanço trabalho-consumo, ou seja, a relação entre a força de trabalho familiar disponível e o seu número total de dependentes. A sua capacidade para se ajustar às novas situações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura também se baseia nessa relação, ou seja, resulta da possibilidade de definição de um novo equilíbrio na relação entre suas necessidades e sua capacidade de trabalho, agora mediada por uma relação com o mercado. Shanin (1980, p. 56-59⁷) afirma que a transformação capitalista da agricultura não leva apenas à diferenciação e polarização social nos moldes previstos por Lênin, mas resulta fundamentalmente nos processos de diferenciação, pauperização e marginalização, cuja ocorrência depende do tipo de relação estabelecida entre o campesinato e o capitalismo em cada formação territorial.

Assim no ensino camponês faz-se indispensável e necessário a história do Brasil, a história da África, a história contemporânea, a historiografia brasileira para se entender a inserção de estereótipos camponeses nestes processos no tempo e no espaço (LIMA, 2010). No âmbito da história da arte espera-se que o educador compreenda a existência de uma estética camponesa, enquanto identidade de um povo que se insere entre a arte ocidental e a arte oriental com todo um rico aparato artístico-cultural de inestimável valor (ANDRADE, 2019). Então diferentes metodologias artísticas e culturais camponesas, afrodescendentes e indígenas se legitimam como patrimônio cultural material e imaterial da brasilidade (CORÁ, 2014). Por último, pensar nisto implica em novas possibilidades como a gestão turística desses novos

⁶ CHAYANOV, Alexander V. La organizacional de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974

⁷ SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.



potenciais possíveis a partir da realidade camponesa brasileira, seus contornos e nuances (ANDRADE, 2019). É inegável sistematizar processos de gestão cultural dessas novas possibilidades, delineando novas perspectivas socioeconômicas (CUNHA, 2005). É a educação cultural contribuindo para a maximização de uma cultura inclusiva, diversificada e democrática protagonizando o camponês com ator e protagonista de sua própria história (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

Por fim evidencia-se a necessidade de uma pedagogia camponesa com habilitação em educação cultural e ênfase em linguagem, cultura e corporeidade do mundo rural (MARTINS, 2009). Quando se fala em inclusão de camponeses, os estudos culturais socializam diferentes currículos, ambientes e práticas culturais (ANDRADE, 2019). A diversidade floresce em múltiplas relações humanas: comunicação humana, corporeidade teatral, expressão corporal, festividades, literatura infanto-juvenil, ludicidade, manifestações populares, música etc. (ANDRADE, 2019). Esta diversidade cultural inclusive se deve a riqueza das relações étnico-raciais tecidas e entremeadas no âmbito da cultura escolar promovendo uma educação para as diferenças, para a aceitação e para a celebração do outro (FARIAS; FALEIRO, 2017). Inclusive todo o processo de redemocratização pelo qual passa a pedagogia se deve ao advento dos estudos dessas relações e das contribuições étnico-raciais da cultura afro-brasileira e da cultura indígena na formação do Brasil e do camponês brasileiro (FARIAS; FALEIRO, 2017). Hoje a formação de professores se fomenta filosófica e eticamente numa educação especialmente cultural com diferentes metodologias de ensino (MELLO, 2000). Assim como no multiculturalismo há diferentes culturas como a cultura surda, por exemplo, faz-se necessário a organização e reorganização do trabalho pedagógico em sala de aula utilizando-se de materiais didáticos e recursos de ensino atrelados à realidade pedagógica dos educandos (ANDRADE, 2019). Quando se fala em Língua e Linguagem, o mundo rural evidencia-se pelo dialeto rural, uma forma particular de apropriação e ressignificação da língua portuguesa (SOUSA; LIMA, 2019). O dialeto rural evidenciou-se através da literatura infanto-juvenil, com os escritos de Monteiro Lobato, conforme descreve Castilha (2007, p. 73):

Ao escrever “Urupês” para o jornal O Estado de São Paulo, Monteiro Lobato criou um de seus mais famosos personagens: o Jeca Tatu, que era um grande preguiçoso, totalmente diferente dos caipiras e índios idealizados pela literatura romântica. Seu aparecimento gerou uma enorme polêmica em todo o país. Segundo Lobato, o protagonista de Urupês era como um piraquara do Paraíba, a quem nada põe de pé. “Diante de problemas no sítio do qual era agregado ou de grandes mudanças na vida política nacional, fosse a abolição da escravidão ou a proclamação da República, o caboclo continuava de cócoras, a modorrar.” Este sentido atribuído por Lobato ao trabalhador rural parece estar dentro da memória discursiva do senso comum. Esta afirmativa é confirmada quando são considerados enunciados do discurso do cotidiano como: “o caipira é preguiçoso”, “tem terra sobrando no Brasil, mas o caipira não quer plantar”, “para quem quer trabalhar, existe terra”, etc. Entretanto, o discurso de Lobato não deve ser tomado como um discurso novo.



Assim como a LIBRAS evidencia um jeito de ser e estar no mundo, o dialeto também o é, sendo necessário que a educação o legitime enquanto categoria existencial e cultural dos camponeses (ANDRADE, 2019). Não se deve jamais confundir dialeto como erro ortográfico e/ou gramatical (RIBEIRO, et. al. 2017). São discussões diferentes que se materializam no âmbito dos filólogos (ANDRADE, 2019). Assim como as questões étnico-raciais são ainda fontes de preconceitos no país, a ruralidade e a diversidade religiosa também o são, necessitando de novos mecanismos de desconstrução dos absurdos e abismos ainda existentes (SILVA, 2018). No caso dos camponeses, estes também se auto afirmam através das expressões físicas, da musicalidade e do lúdico nas festas juninas (ANDRADE, 2019).

Considerações Finais

Algumas universidades brasileiras têm se instrumentalizado a ofertar permanentemente cursos interdisciplinares de formação de docentes camponeses nas áreas de ciências da vida e natureza, ciências sociais e humanidades, letras/literatura/artes e matemática para atuação nos anos finais do ensino fundamental. Mas lamentavelmente, os cursos de formação para os anos iniciais do Ensino Fundamental ainda engatinham por todo o país, com pouca oferta regular. Atualmente a proposta político-pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental na escola regular tem seu currículo pedagógico baseado no ensino de artes, ciências/ecologia/saúde, cultura religiosa, educação física, geografia, história, literatura, matemática, português. Mas é preciso ir além destes conteúdos básicos. Principalmente quando se refere à necessidade de formação interdisciplinar em pedagogia para o desenvolvimento cultural, político e econômico da sociedade brasileira.

É preciso uma nova proposta de organização escolar e gestão da escola camponesa, vista aqui como um espaço uterino, útero camponês gestor do território, da identidade e da natureza. Novos projetos que preparem política e pedagogicamente, novos pedagogos humanamente capacitados a atuarem em processos de ensino/aprendizagem, utilizando os conhecimentos específicos e tecnológicos para o desenvolvimento cultural, político e econômico das populações camponesas.

Nota-se que as ciências da educação contemporânea levam em contam diferentes demandas existenciais e estágios culturais na gestão dos processos educativos. Sendo assim a formação inicial em educação camponesa estabelecida a partir da infância, deve ser verdadeiramente a principal responsabilidade das políticas públicas e dos projetos sociais a serem pensados. A didática, a avaliação e as metodologias de educação camponesa devem direcionar a gestão educacional de espaços escolares e não escolares nos quais se atendam os estudantes



camponeses. Sociologicamente, a educação deve promover espaços que possam ir além da simples aprendizagem, se efetivando como locais de contingência de idéias e possibilidades de ação e inclusão, para todos, sem distinções. Este deve ser o único marketing a ser utilizado a favor de uma sociedade humana, inclusiva, justa e sustentável.

Referências

ABREU, Marise Jeudy Moura de; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **A relação entre a educação física e a educação ambiental – um estudo na rede municipal de ensino de Curitiba.** In: *IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. 26-29. out. 2009. PUC Curitiba. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2757_1237.pdf>. Acesso em 13. fev. 2020.

ALMEIDA, Vasni de (org.). **História da educação e método de aprendizagem em ensino de história.** Palmas/TO: EDUFT, 2018. 391 p. Disponível em <<http://download.uft.edu.br/?d=1c09690c-8a1e-4df2-8e5b-311463586d96;1.0:Hist%C3%B3ria%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20m%C3%A9todos%20de%20aprendizagem%20em%20ensino%20de%20Hist%C3%B3ria>>. Acesso em 13. fev. 2020.

ANDRADE, Vagner Luciano de. **Se o campo não roça, a cidade não almoça! Se o campo não planta, a cidade não janta! Repensando os Anos Iniciais na formação do Educador Camponês.** In: *Jornal Pensar a Educação em Pauta*. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Publicado em 12. abr. 2019. Disponível em <<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/se-o-campo-nao-roca-a-cidade-nao-almoca-se-o-campo-nao-planta-a-cidade-nao-janta/>>. Acesso em 13. fev. 2020.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes de; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa. **Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro.** In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. vol.15 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2017 Epub Dec 15, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-774620170117/>. Acesso em 13. fev. 2020.

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.** In: *Economia Aplicada*, vol.10 no.1 Ribeirão Preto, Jan./Mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005>. Acesso em 13. fev. 2020.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafio para uma educação transformadora (Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul).** UFRGS, 2004. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/008093.pdf?sequenc>>. Acesso em 13. fev. 2020.

BORGA, Tiago; REGERT, Rodrigo; PEGORARO, Ludimar. **O paradigma interdisciplinar do desenvolvimento ambientalmente sustentável.** In: *Revista Espacios*, Vol. 38 (Nº 22) Año 2017. Pág. 8. Disponível em <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n22/a17v38n21p08.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.



CADERNOS SECAD. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Disponível em <<http://red-ler.org/referencias-educacao-campo.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.

CARVALHO, Luciana Carrion; ROBAERT, Samuel; FREITAS, Larissa Martins. **A educação do campo no contexto da educação brasileira: questões históricas, políticas e legais**. In: *VI Seminário Nacional de Formação de Professores. Cartografias da Educação Rural: Perspectivas sobre a formação de professores*. Santa Maria/RS: UFSM, 01 e 02 dez. 2015. Disponível em <[http://coral.ufsm.br/snfp/images/ANAIS/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20QUEST%C3%95ES%20HIST%C3%93RICAS%20POL%C3%8DTICAS%20E%20LEGAIS%20\(3\).pdf](http://coral.ufsm.br/snfp/images/ANAIS/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20QUEST%C3%95ES%20HIST%C3%93RICAS%20POL%C3%8DTICAS%20E%20LEGAIS%20(3).pdf)>. Acesso em 13. fev. 2020.

CASTILHA, Leandro Dalcin. **A construção de um sentido de “caipira” no “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato**. In: *Espaço Plural*, vol. VIII, núm. 16, enero-junio, 2007, pp. 71-74. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1458/1188>. Acesso em 17. fev. 2020.

CHACEL, Cristina. **Profissão: educadora do campo**. In: *ecologia dos saberes*. Disponível em <<https://eduzezimbra.wordpress.com/2018/01/31/profissao-educadora-do-campo/>>. Acesso em 13. fev. 2020.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. In: *Revista de Administração Pública*. vol.48 no.5 Rio de Janeiro, set./out. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-761200500002>. Acesso em 13. fev. 2020.

COSTA, Edinária Marinho da; BARBOSA, Elane da Silva; MEDEIROS, Emerson Augusto de. **Educação do campo: a emancipação humana a partir da valorização da cultura local**. In: *Fórum Internacional de Pedagogia – FIPED*, Imperatriz/MA, de 09 a 12 de novembro de 2016. Disponível em <<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/3a20f6270bab3c602feed.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão cultural: profissão em formação (Dissertação de Mestrado em Educação - Área de concentração: Sociedade, Cultura e Educação)**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG. 2005. Disponível em <<https://repositorio.AEC-856N9M?mode=full>>. Acesso em 13. fev. 2020.

FARIAS, Magno Nunes. FALEIRO, Wender. **Educação do campo e as relações étnico-raciais: olhares para o campesinato negro**. In: *campo-território: Revista de Geografia Agrária*, v. 12, n. 26, p. 289-312, abr., 2017.

FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense**. In: *Anais do II Conferência de Desenvolvimento IPEA: Brasília, 2011*.

GOIS, Magaly Nunes de. **Educação do e no campo: bandeira de luta dos movimentos sociais e sindicais do campo**. In: *Anais - JOINPP 2015 - Jornada de Políticas Públicas –*



UFMA. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/educacao-do-e-no-campo-bandeira-de-luta-dos-movimentos-sociais-e-sindicais-do-campo.pdf> Acesso em 17. Fev. 2020.

GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios / coordenação*: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. - Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. In: *Cadernos de Pesquisa*. n.º.118 São Paulo, Mar. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008. Acesso em 13. fev. 2020.

LIBANEO, José Carlos and PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. *Educ. Soc. [online]*. 1999, vol.20, n.68, pp.239-277.

LIMA, Miguel. *A trajetória do negro no brasil e a importância da cultura afro*. In: **Secretaria de Estado de Educação do Paraná**. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/s/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_monografia.pdf. Acesso em 13. fev. 2020.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: paulino, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). *Campesinato e territórios em disputa*. 1ª edição .Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008. Universidade Federal de São Paulo. Disponível em <http://www2.fct%campesinato.pdf>. Acesso em 13. fev. 2020.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Ser docente em escolas no/do campo: perfil, condições de trabalho e formação**. In: *Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores*. Editora Universidade Estadual do Ceará. Disponível em <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/SER%20DOCENTE%20EM%20ESCOLAS%20NO%20DO%20CAMPO%20PODE%20TRABALHO%20E%20C3%87%20C3%83O.pdf>. Acesso em 13. fev. 2020.

MARTINS, Fernando José. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar**. In: *Congresso Internacional Pedagogia Social* (março/2009). Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.ph&script=sci_arttext. Acesso em 13. fev. 2020.

MEDEIROS, Lucineide Barros. *Não vou sair do campo para poder ir pra escola. Educação do Campo é direito e não esmola!* In: *Revista Revestrés*. Disponível em <http://www.revistarevestres.com.br/artigos/nao-vou-sair-do-campo-para-poder-ir-para-escola-educacao-do-campo-e-direito-mola/>. Acesso em 13. fev. 2020.

MELLO, Guiomar Namó de. **Formação inicial de professores para a educação básica; uma (re)visão radical**. In: *São Paulo em Perspectiva*. vol.14 no.1 São Paulo, Jan./Mar. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-883920100012. Acesso em 13. fev. 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 7.352 em 04 de novembro de 2010**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em 13. fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educar na Diversidade**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.

NAIFF, Denis Giovanni Monteiro; MONTEIRO, Rosa Cristina; NAIFF, Luciene Alves Miguez. **O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários**. In: *Psico-USF (Impr.)*. vol.14 no.2 Itatiba Mai/ago. 2009.

ONOFRE, Joelson Alves. **Escola, currículo e formação docente: desafios na contemporaneidade**. In: *Revista Valore*, Volta Redonda, 2 (2): 241-251, ago./dez. 2017.

PACHECO, Luci Mary Duso. **Educação do campo: valorização da cultura e promoção da cidadania?** In: *Revista Quaestio*, Sorocaba/SP, v. 17, n. 2, p. 425-440, nov. 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008. Universidade Federal de São Paulo. Disponível em <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.

POTT, Crisla Maciel. ESTRELA, Carina Costa. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento**. In: *Estudos Avançados*, vol.31 no.89 São Paulo, jan./abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010342017000100271>. Acesso em 13. fev. 2020.

RAMAL, Camila Timpani. **O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural**. In: Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_fiOb.pdf> Acesso em 17. Fev. 2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13. fev. 2020.

RIBEIRO, Gisele Aparecida. et. al. **Dialeto caipira x dialeto rural mineiro: um estudo comparativo**. In: *Ciência et Práxis* v. 10, n. 19, 2017. Disponível em <http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/download/2655/1502> Acesso em 17. fev. 2020.

RIBEIRO, Marlene. **Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?** In: *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 42 set./dez. 2009. p. 423-439. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a03.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. et. al., (2006). **Gestão ambiental de atividades rurais: estudo de caso em agro turismo e agricultura orgânica**. In: *Revista Agrícola*, São Paulo, São Paulo, v.53, n.1, p. 17-31, jan./jun. 2006 . Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp2-1-06.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2020.



RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslilian Correia Cruz. **A educação do campo e seus aspectos legais**. In: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, V Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE e o VII Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO, PUC/PR, 2017. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf> Acesso em 17. Fev. 2020.

SILVA, Luana Lopes da. **Ensino religioso afro brasileiro: interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado**. – João Pessoa: [s.n.], 2018. 53 f.

SILVA, Yan Victor Leal da. et. al. **Entre memórias e experiências: os quintais como espaços de reconstrução das trajetórias de vida em Ibirité, Minas Gerais**. In: GÜLLICH, Roque Ismael da Costa (Organizador). *Reflexões acerca da etnobiologia e etnoecologia no Brasil* [recurso eletrônico] Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2019. Disponível em <<https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/artigoPDF>>. Acesso em 13. fev. 2020.

SOUSA, Julienni Lopes de; LIMA, Luana Nunes Martins de. **Regionalismo e variação linguística: uma reflexão sobre a linguagem caipira nos causos de Geraldinho**. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. no.72 São Paulo Jan./Apr. 2019 Epub June 10, 2019.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. In: *Educação & Sociedade*. vol.29 n°. 105 Campinas ,set./dez. 2008.

SOUZA, Maria do Rosário. **A contribuição do projeto político-pedagógico para a formação da identidade das escolas do campo: um estudo sobre o subsistema de Maricoabo - Valença-Bahia (Dissertação de Mestrado em Educação do Campo)**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Amargosa-BA, 2016.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do brasil características, tendências e perspectivas**. In: *Arquivos UCS: Caxias do Sul/RS*, 2006.

TORQUATO, Rosane Andrade. et. al. **Pedagogia social - o pedagogo em atividades socioeducativas**. In: *XII Congresso Nacional de Educação*. 26-29. out. 2015. PUC Curitiba. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19899_9696.pdf>. Acesso em 13. fev. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico do curso de graduação em licenciatura em educação do campo**. Faculdade UnB Planaltina – FUP: março de 2018. Disponível em <http://fup.unb.br/wp-content/uploads/2019/02/PPC_-Educacao-do-Campo-Em-implementacao.pdf>. Acesso em 13. fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia com habilitação em Educação do Campo**. Disponível em <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>> Acesso em 17. fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Licenciatura da UFMG forma professores para atuarem no campo**. Disponível em <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/licenciatura-da-ufmg-forma-professores-para-atuarem-no-campo>>. Acesso em 13. fev. 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Matriz curricular do Curso de Educação do campo – habilitações Ciências Humanas e Ciências naturais*. Disponível em <<http://www.educacaodocampo.saomateus.ufes.br/sites/educacaodocampo.saomateus.ufes.br>>. Acesso em 13. fev. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.52 supl.1 Brasília, 2014.

Artigo recebido em: 13/02/2020.

Artigo aceito em: 29/02/2020.

